



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

2º QUADRIMESTRE DE 2021

Sumário

Conjuntura Econômica Avaliação do Resultado: 2º Quadrimestre 2021 **Regras Fiscais:** 2º Quadrimestre 2021 **Anexos**



CONJUNTURA ECONÔMICA

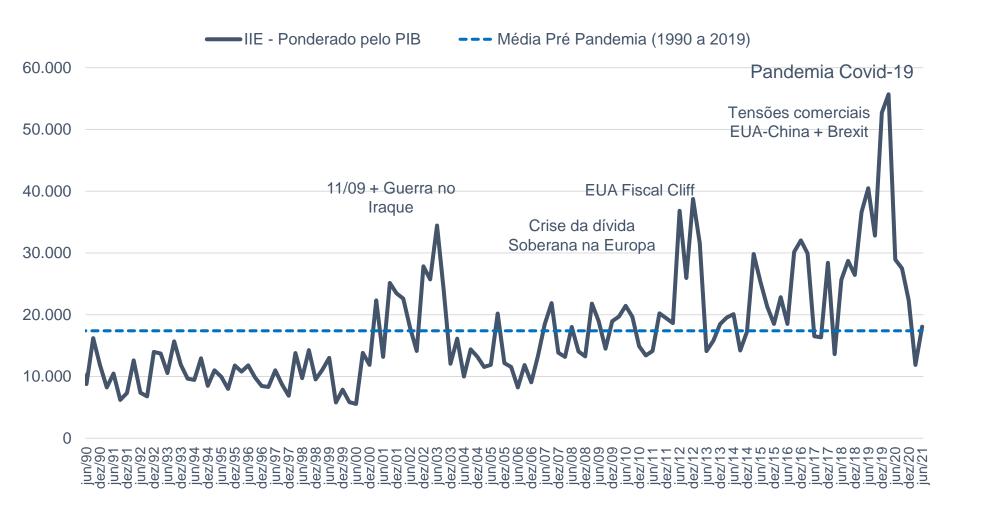
Após pico em função da COVID-19, Indicador de Incerteza Global se mantém próximo da sua média histórica.

Internamente, normalização da atividade econômica beneficia setores de comércio e serviços. Avanço da inflação, contudo, preocupa.



INDICADOR DE INCERTEZA GLOBAL (IIG)

(Média ponderada do PIB | 1º trimestre de 1990 ao 2º trimestre de 2021)



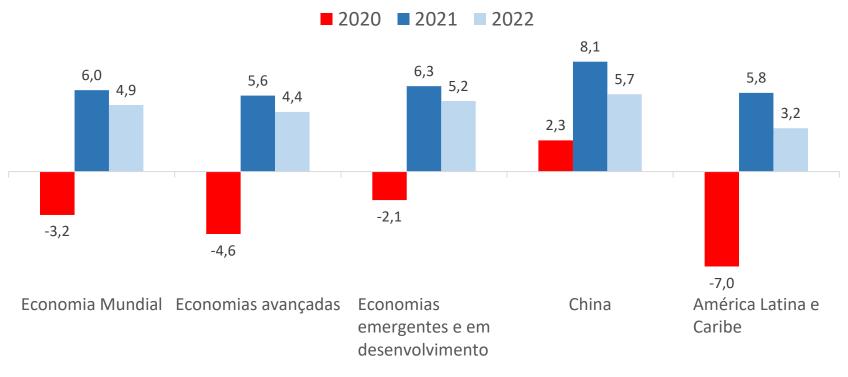
Avanço da vacinação e maior controle da pandemia em grandes economias, somado ao alívio nas tensões comerciais entre EUA e China e definição sobre o saída do Reino Unido da UE (Brexit) levaram o IIG à sua média histórica.



ATIVIDADE ECONÔMICA MUNDIAL

Crescimento econômico % - Projeção FMI

Redução das incertezas e avanço da vacinação contribuem para recuperação econômica, principalmente dos setores mais afetados pela pandemia. Perspectiva é de crescimento global de 6,0% em 2021.



Para 2022, a perspectiva é de menor crescimento econômico em todas as regiões e grupos de países – com destaque para desaceleração da economia da China (+5,7%, ante +8,1% em 2021). Nesse sentido, pode haver menor impulso externo para economia brasileira.



RESULTADO DO PIB NACIONAL – 2º TRIMESTRE

Na margem (TsT), economia brasileira mostra desaceleração

PIB – aberturas selecionadas		TsT	AsA	12 meses
ΡΙΒ (Δ%)		-0,1	12,4	1,8
	Agropecuária	-2,8	1,3	2,0
	Indústria	-0,2	17,8	4,7
	Extrativa	5,3	7,0	-0,2
Ótica da Oferta	Transformação	-2,2	25,8	8,1
	Serviços	0,7	10,8	0,5
	Comércio	0,5	20,9	5,7
	Informação e comunicação	5,6	15,6	5,4
	Consumo das Famílias	0,0	10,8	-0,4
	Consumo do Governo	0,7	4,2	-2,6
Ótica da Demanda	FBCF	-3,6	32,9	12,8
	Exportação	9,4	14,1	2,4
	Importação	-0,6	20,2	-1,7

Efeito base de comparação (*carry over***):** Caso o resultado entre trimestres se mantenha estagnado até o fim de 2021, o PIB anual fecharia o ano com crescimento de **4,9%**.

Ótica da oferta:

Agricultura (-2,8%) – Geada e falta de chuvas – e Indústria (-0,2%) – escassez de insumos e aumento dos custos – puxaram o resultado para baixo.

Ótica da demanda:

Consumo das famílias (0,0%) veio estável e surpreendeu negativamente no trimestre.

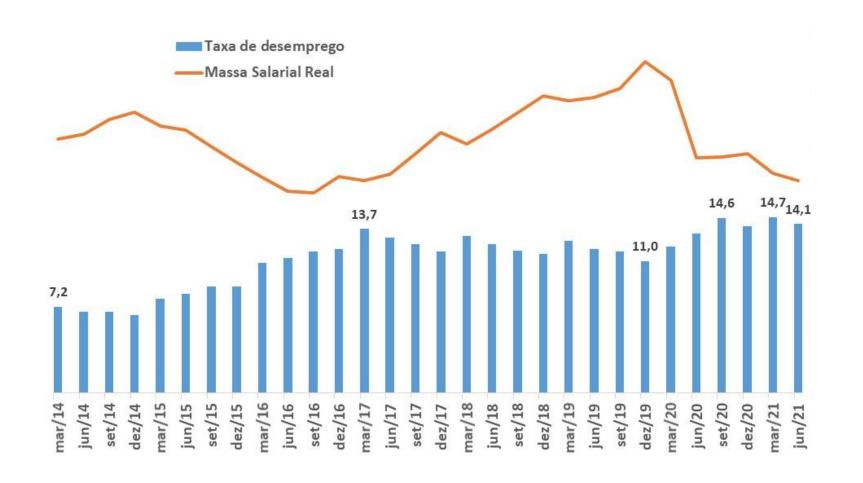
Perda de poder de compra e restrições de atividades ajudam a explicar o resultado.

Já os **investimentos** (-3,6%) foram afetados por ajuste contábil.



MERCADO DE TRABALHO

Desemprego ainda elevado e corrosão do poder aquisitivo das famílias dificultam recuperação mais robusta dos serviços e do consumo das famílias.



Apesar da queda de 0,6% na taxa de desocupação no segundo trimestre, a recomposição do emprego está se dando com salários mais baixos.

O rendimento médio real dos trabalhadores recuou 3,3% no 2º Tri frente ao 1º Tri.

Na comparação com o mesmo período de 2020 o recuo foi de 6,6%.

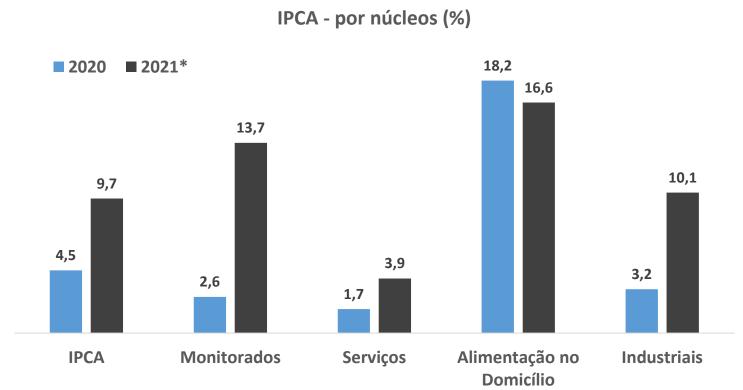


Fonte: Banco Central.

COMPONENTES DO IPCA

(Variação % acumulada em 12 meses)

Diferente do observado em 2020, alta dos preços ao consumidor já se espalha por todas as categorias. Inflação de serviços preocupa, dada a ainda elevada ociosidade no mercado de trabalho.



^{*} Acumulado em 12 meses até agosto.

Principal contribuição positiva no ano deverá vir de Monitorados, principalmente pelos reajustes no preço de energia e combustíveis.

Ac. em 12 meses:

Combustíveis -> +41,3% Energia Elétrica -> +21,8%

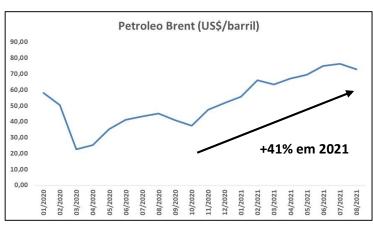
Dólar desvalorizado e crise hídrica devem seguir pressionando os preços.

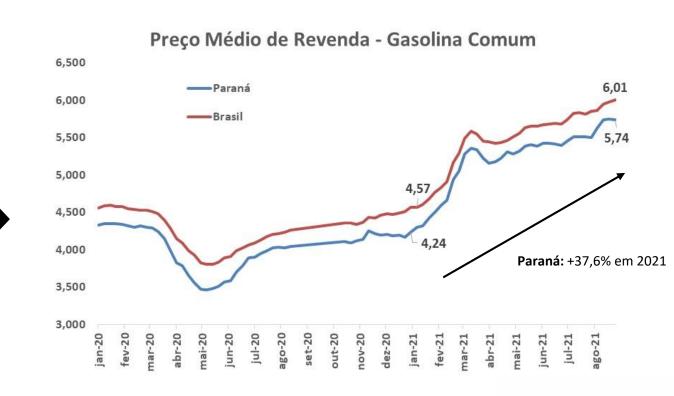


ELEVAÇÃO DO PREÇO DA GASOLINA NÃO TEM RELAÇÃO COM O ICMS

Enquanto alíquota de ICMS se manteve fixa, a partir de 2020 câmbio (R\$/US\$) e preço do Brent apresentaram crescimento e se mantém em patamar elevado





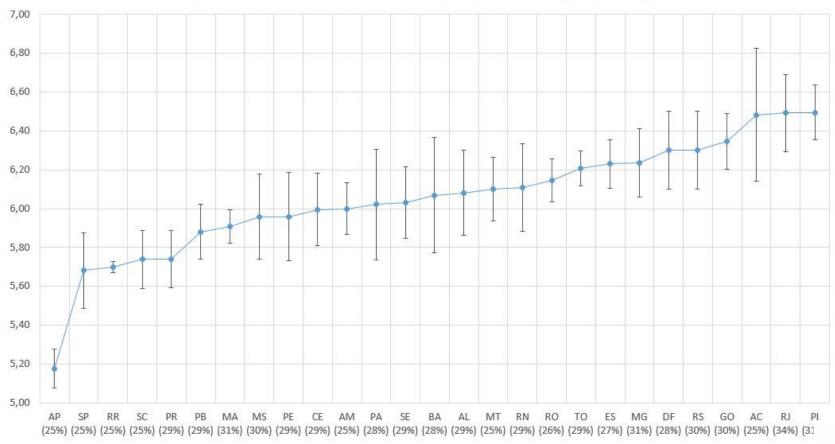




Fonte: ANP, B3 e CME Group

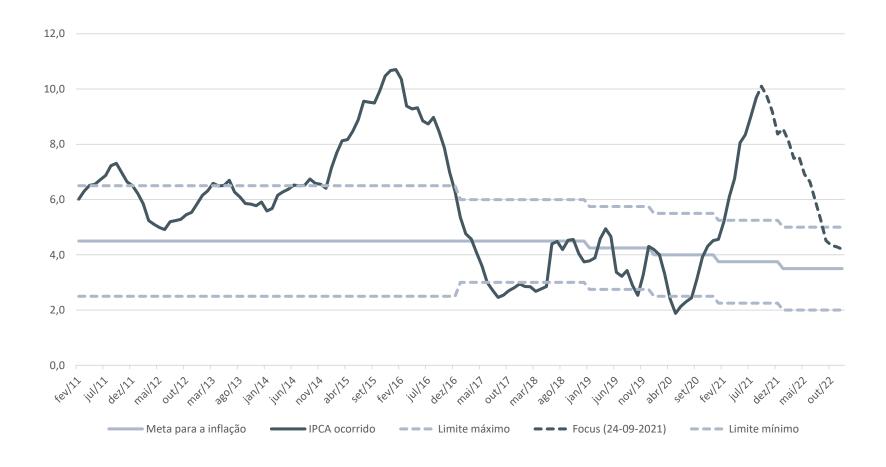
PREÇO MÉDIO E ALÍQUOTA DE ICMS DA GASOLINA

Preço médio e desvio padrão do preço da gasolina (fonte: ANP com dados de 29/08/2021 a 04/09/2021)



INFLAÇÃO PERMANECE ACIMA DO CENTRO DA META

(Variação % acumulada em 12 meses)



Inflação atingiu 9,7% em agosto/2021.

Projeção para 2021 – 8,3% – já se encontra acima do limite superior da meta (5,25%).

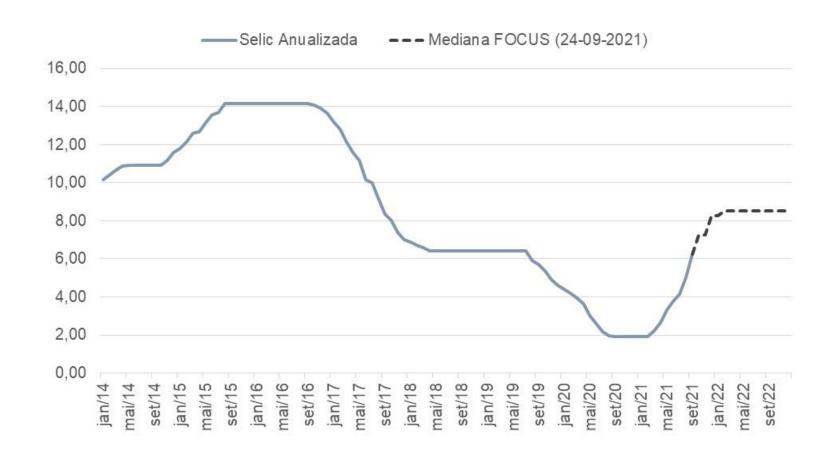
Sinal de alerta já acende para inflação de 2022.



Fonte: Banco Central.

POLÍTICA MONETÁRIA: SELIC MAIS ALTA

(% Anualizado)



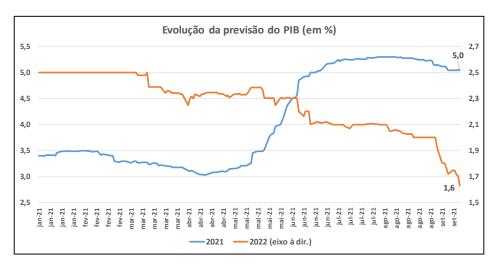
Aumento da pressão inflacionária forçará o COPOM a elevar a taxa básica de juros para conter o seu avanço.

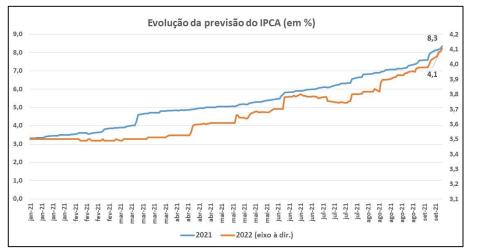


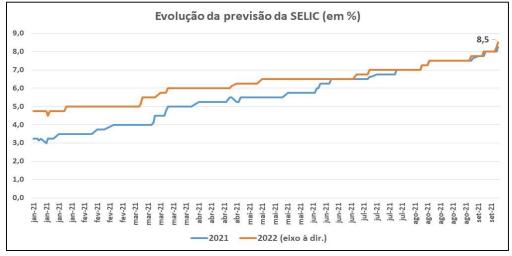
Fonte: Banco Central.

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Cenário mais desafiador faz com que os agentes econômicos revisem suas projeções para 2021 e 2022









PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Estrutura a termo aponta aumento dos riscos e condições financeiras mais restritas para captação de recursos

Estrutura a termo da taxa de juros de títulos públicos (em %)



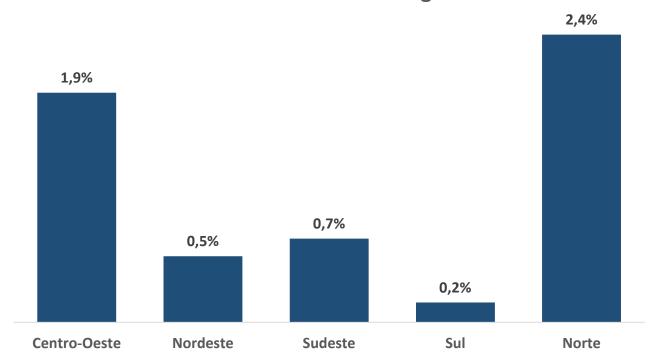


ECONOMIA REGIONAL

2º TRI frente ao 1º TRI – dados dessazonalizados

Após três trimestres consecutivos de altas mais expressivas, atividade econômica da região Sul reduziu o ritmo de expansão

Atividade Econômica Regional



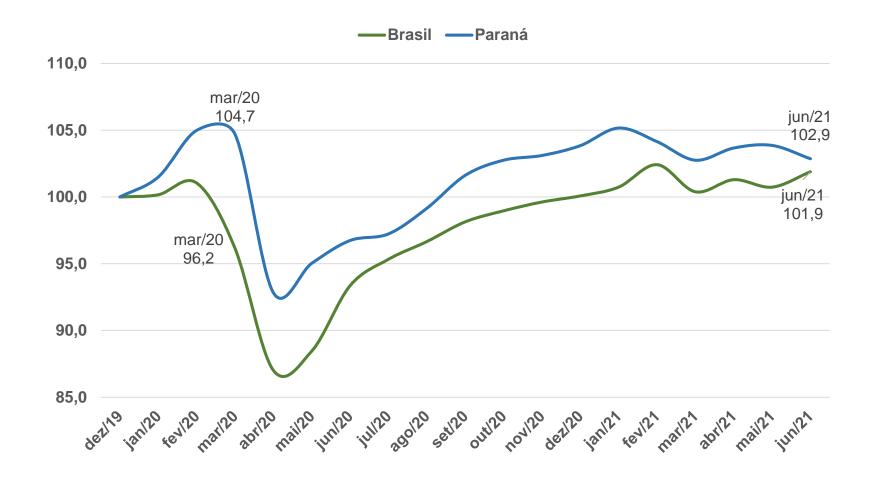
Produção industrial e agropecuária foram os principais responsáveis pelo arrefecimento da atividade na região como um todo



Fonte: IBCR, Banco Central.

INDICADOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

(Índice com ajuste sazonal, dezembro de 2019 = 100)



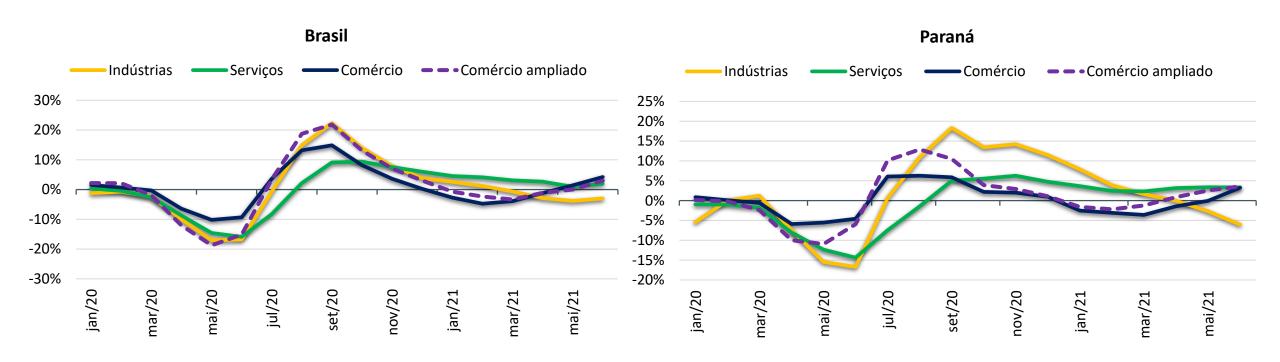
Indicador de alta frequência mostra que houve um recuo na margem no segundo trimestre de 2021.

Resultado reflete agravamento da estiagem, com efeitos sobre a agricultura, e a permanência de dificuldades na obtenção de insumos em alguns segmentos fabris, que optaram por paralisar temporariamente as atividades.



DESEMPENHO SETORIAL DA ECONOMIA

(Média móvel trimestral – Dados dessazonalizados)



Comércio e **Serviços** avançaram no trimestre, como reflexo do avanço da vacinação e retomada da mobilidade. A **Indústria**, em contrapartida, apresentou queda. No **Paraná** o movimento foi mais intenso, com os segmentos indústrias mais afetados sendo *produtos alimentícios*, *derivados de petróleo* e *biocombustíveis e veículos reboques e carrocerias*, com a indisponibilidade de insumos da cadeia global de suprimentos.

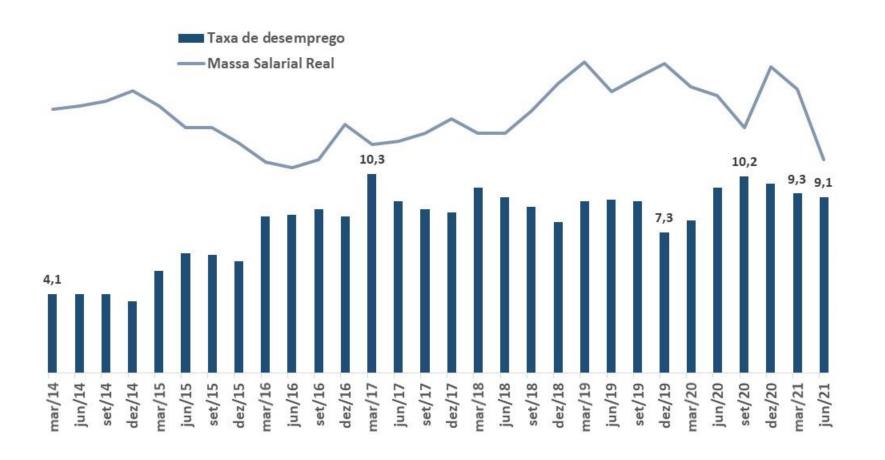
ESTADO

D O

GOVERNO

MERCADO DE TRABALHO - PARANÁ

Assim como no país, recuperação mais robusta dos serviços e do consumo dependem de recuperação mais forte no mercado de trabalho



A taxa de desocupação do estado no segundo trimestre recuou 0,2%. Contudo, a recomposição está ocorrendo com salários mais baixos.

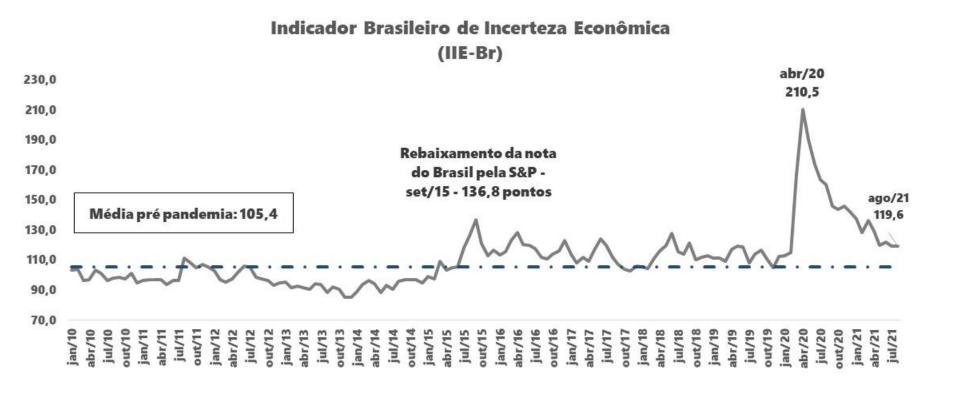
O rendimento médio real foi de R\$ 2.665 no trimestre, contra R\$ 2.863 no trimestre anterior, uma redução de -6,9%.



Fonte: Banco Central.

INDICADOR DE INCERTEZA ECONÔMICA BRASIL

(Em pontos, de janeiro de 2010 a agosto de 2021)



redução a partir do segundo semestre de 2020. Contudo, ainda segue em patamar bastante elevado.

14,2 pontos acima da média 2010-2019 (105,4).

5,8 pontos acima da média 2015-2019 (113,8).

Principal fonte de incerteza diz respeito ao orçamento de 2022 e o cumprimento do Teto de Gastos.



CENÁRIO FISCAL: PRINCIPAIS RISCOS

"Saída" dos precatórios do Teto de Gastos é fundamental para definição do Orçamento Federal em 2022

TABELA 9. ALTERNATIVAS PARA O GASTO COM SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DE 2022 (R\$ BILHÕES)

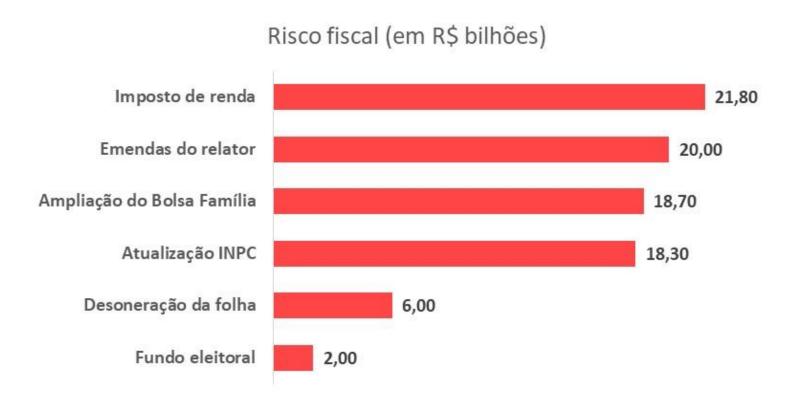
Norma vigente	2022
Teto de gastos	1.610,0
Gasto previsto com sentenças judiciais e precatórios (PLOA 2022)	89,1
Proposta 1: Parcelar parte dos precatórios e excluí-la do teto de gastos	
Receita Corrente Líquida prevista (PLOA 2022)	1.062,6
2,6% da RCL (A)	27,6
Gasto previsto com precatórios* (PLOA 2022) (B)	66,8
Espaço fiscal aberto no teto (montante parcelado) (B-A)	39,2
Proposta 2: Excluir sentenças judiciais e precatórios do teto de gastos	
Teto de gastos recalculado	1.569,5
Redução no teto de gastos (C)	40,5
Redução no gasto sujeito ao teto (D)	89,1
Espaço fiscal aberto no teto (D-C)	48,6
Proposta 3: Limitar gasto com sentenças e precatórios e postergar excesso para 2023	
Limite de gasto com sentenças e precatórios (E)	40,5
Gasto previsto (F)	89,1
Espaço fiscal aberto no teto (montante postergado para 2023) (F-E)	48,6
Proposta 4: Considerar os precatórios do Fundef exceção ao teto de gastos	
Gasto previsto atualmente (G)	89,1
Gasto previsto, sem precatórios do Fundef (H)	72,9
Espaço fiscal aberto no teto (G-H)	16,2

Exclui as Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e outras despesas derivadas de sentenças judiciais.



CENÁRIO FISCAL: PRINCIPAIS RISCOS

Necessidade de resolução de rubricas que estão hoje fora da PLOA ajudam a explicar a percepção de elevação do risco fiscal



A despeito da melhora de indicadores fiscais, como a melhora do resultado primário e da dívida bruta, percepção de risco tem aumentado.

O total dos fatores que podem impactar o orçamento é de **R\$ 86,8 bilhões**.

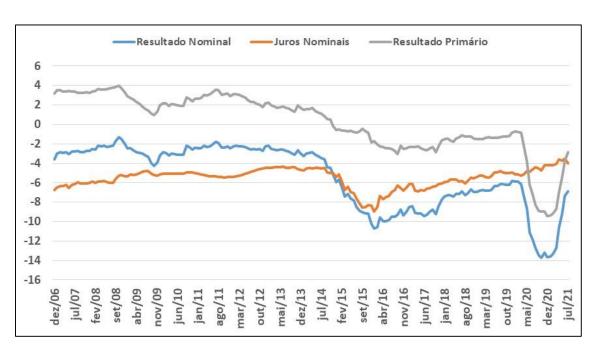
Indefinição no Orçamento (e sustentabilidade do atual arcabouço fiscal), queda na qualidade da despesa pública e o ciclo eleitoral antecipado ampliam percepção de risco fiscal.

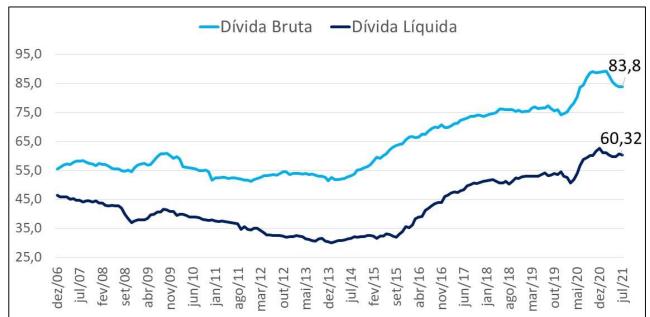


POLÍTICA FISCAL: MELHORA NOS INDICADORES

(Necessidades de Financiamento e Dívida Pública, % do PIB)

Resultados ficais melhoram em 2021. Contudo, parcela da melhora pode ser atribuída à escalada de preços, que afeta positivamente a arrecadação e o PIB nominal





Miragem do efeito inflacionário: Falha na percepção de que a inflação é boa para as contas públicas. Em um segundo momento as pressões por ajustes e recomposições (de salários, benefícios e custos em geral) elevam os gastos públicos, deteriorando as contas.

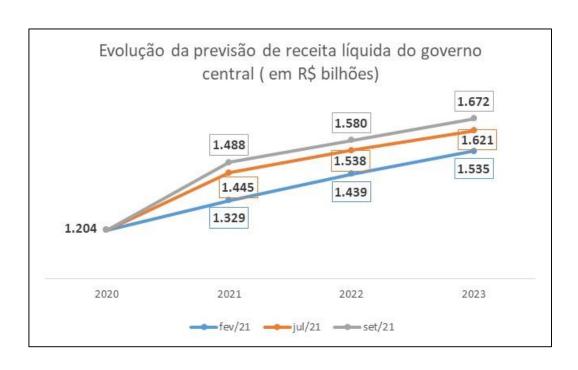


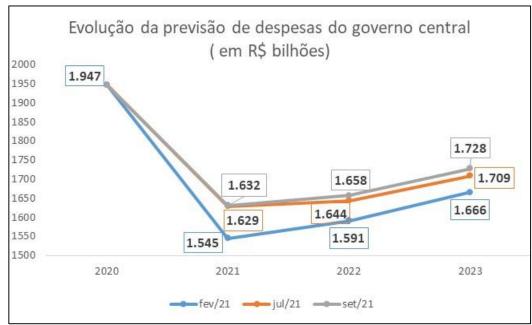
Fonte: Banco Central do Brasil.

POLÍTICA FISCAL: MELHORA NOS INDICADORES

(Previsão de receita e despesa do governo central, em R\$ bilhões)

Arrecadação mais elevada melhora projeções de indicadores fiscais. Aumento na projeção das receitas supera o das despesas.



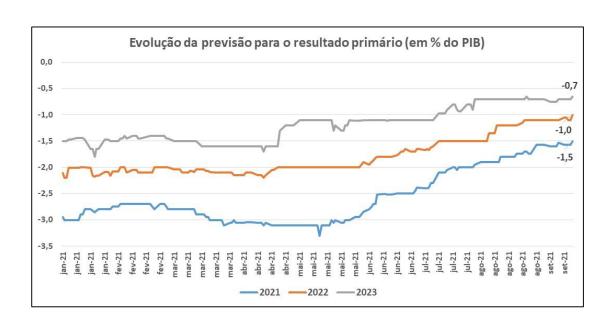




POLÍTICA FISCAL: MELHORA NOS INDICADORES

(Previsão de receita e despesa do governo central, em R\$ bilhões)

Arrecadação mais elevada melhora projeções de indicadores fiscais. Aumento na projeção das receitas supera o das despesas.





Atual processo de ajuste fiscal se concentrou em um corte agudo das despesas discricionárias – incluindo investimentos – e na suspenção de reajustes de servidores, salário mínimo e bolsa família. A sustentabilidade desse processo coloca em xeque o atual regime fiscal – elevando a percepção de risco.



RESULTADOS FISCAIS

Ano 2021: 2º Quadrimestre



RECEITA CORRENTE REALIZADA DE JANEIRO A AGOSTO

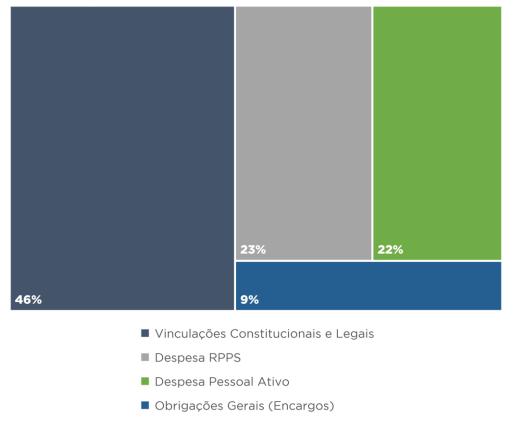
(Valores Correntes em R\$ milhões)

	2020	2021	PART. 2021	DIFERENÇA	Δ NOMINAL	ΔREAL
Receita Corrente	27.400	31.822		4.422	16%	6%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.701	18.597	58%	2.896	18%	8%
Contribuições	1.282	1.440	5%	158	12%	2%
Receita Patrimonial	677	1.777	6%	1.100	162%	139%
Receita De Serviços	1.225	1.507	5%	282	23%	12%
Transferências Correntes	7.870	7.752	24%	-118	-2%	-10%
Demais Receitas Correntes	644	748	2%	104	16%	6%

A receita de Impostos cresceu devido a: (1) arrecadação de 2020 no 2º bimestre foi muito aquém do habitual, efeito decorrente das medidas de distanciamento no início da pandemia, (2) aumento a inflação, aumentando a base de cálculo do imposto, e (3) aumento da atividade acima do esperado para o ano.



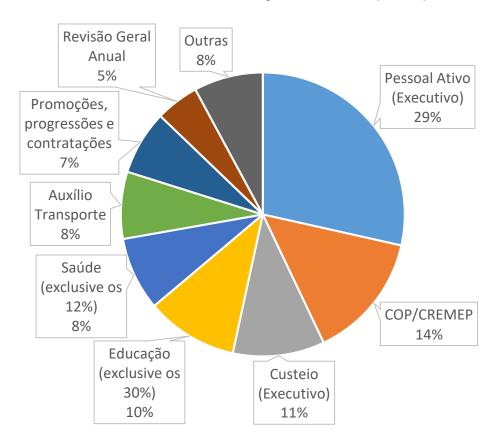
Alocação da Receita Corrente Disponível (LOA)



■ Recursos Livres

Fonte: LOA 2021.

Déficit Estimado para 2021 (LOA)



O Estado começou o ano com estimativa de não ter recursos suficientes para o custeio do Estado, cujo déficit esperado chegava a R\$ 4,8 Bi. O aumento da receita no ano permitirá o Estado cumprir suas obrigações. A cada R\$ 100 da Receita Corrente, exclusive as Deduções, R\$ -1 são recursos livre para alocar em programas do governo. Ou seja, é necessário o Estado captar receita extraordinárias para fazer frente a todas suas obrigações.



27

ARRECADAÇÃO DE ICMS DE JANEIRO A AGOSTO

(Valores Reais em R\$ milhões)

	2019	2020	2021	2021/2019
COMBUSTÍVEIS	5.388	4.832	5.593	4%
ENERGIA	3.636	3.423	3.534	-3%
AUTOMOTIVO	1.736	1.406	1.960	13%
ELETROELETRÔNICOS	1.576	1.500	1.824	16%
BEBIDAS	1.723	1.555	1.606	-7%
ALIMENTOS COMÉRCIO	1.220	1.214	1.443	18%
METALÚRGICO	944	966	1.348	43%
COMUNICAÇÕES	1.370	1.242	1.112	-19%
FÁRMACOS	879	878	1.059	20%
CONSTRUÇÃO	749	767	1.039	39%
QUÍMICO	594	639	841	41%
ALIMENTOS PRODUÇÃO	721	679	780	8%
TRANSPORTES	482	458	566	17%
TÊXTIL	538	435	513	-5%
COSMÉTICOS	392	390	457	17%
PAPELEIRO	269	275	365	36%
MADEIRAS	227	235	357	57%
TOTAL	23.477	21.766	25.285	8%



RECEITA PATRIMONIAL DE JANEIRO-AGOSTO

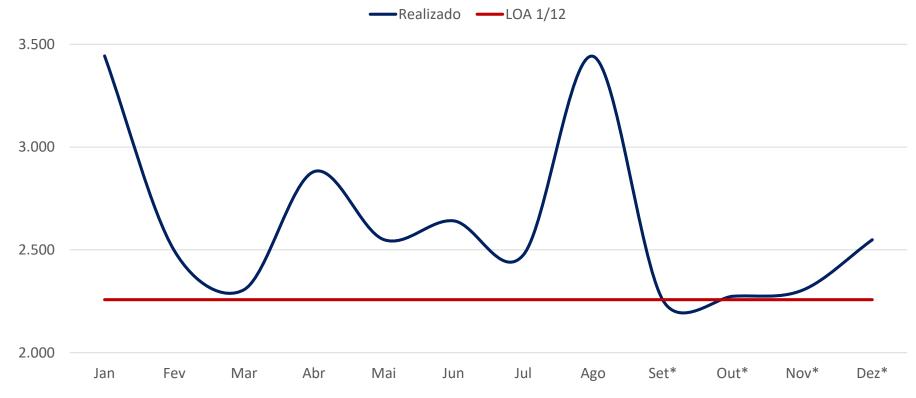
(Valores em R\$ 1)

Receita	2020	2021
Royalties	0	345.146.701,24
Dividendos	161.228.137,72	807.902.641,57 COPEL: 749 MM SANEPAR: R\$ 56 MM
Juros	507.488.131,21	554.712.130,02
Outros	8.976.728,49	21.920.592,79
Total	677.692.997,42	1.729.682.065,62



ARRECADAÇÃO NAS FONTES 100, 101 E 147

(Valores Correntes em R\$ Milhões)

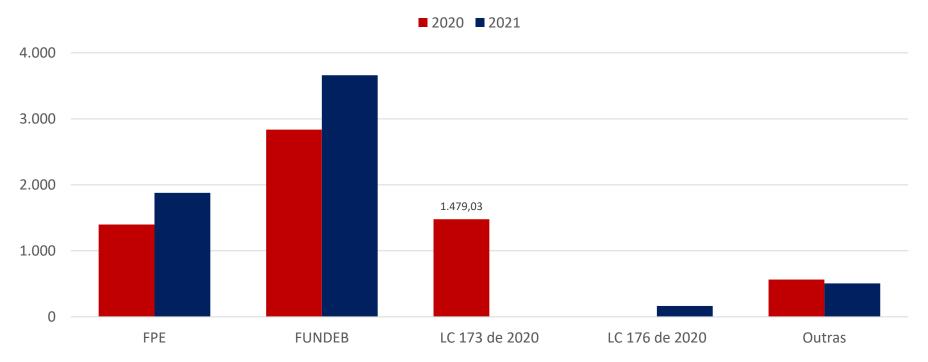


A arrecadação nas fontes livres superou a expectativa para o ano. Contudo, o excesso de arrecadação observado de janeiro a agosto não deve acontecer no último quadrimestre na mesma magnitude.



TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REALIZADAS DE JANEIRO A AGOSTO

(Valores Correntes em R\$ Milhões)



As Transferências do FUNDEB e do FPE em conjunto cresceram 31% (nominal) em relação a 2020. Esse aumento não foi suficiente para superar as transferências de 2020 devido às receitas da LC 173 de 2020. O resulta é a queda das transferências em 1,1% nos primeiros 8 meses.

As transferências
da União
reduziram 1,1%
nos primeiros 8
meses de 2021,
comparado com
o mesmo
período de 2020.



31

Fonte: Tesouro Transparente.

RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA EM 2020

(Valores em R\$ 1)

Rubrica	Valor	Representatividade no estoque da DA
Estoque de Dívida Ativa (em 31/12/2020)	39.619.979.568,13	100%
- Pagamentos de parcelamento de DA	378.142.000,00	0,95%
- Pagamentos de DA à vista	256.406.179,81	0,65%
- Baixas via SISCRED	71.732.499,59	0,18%
TOTAL	706.280.679,40	1,78%

Em 2020, o Estado recuperou de Dívida Ativa apenas 1,78%, considerando inclusive as baixas do SISCRED. Ou seja, a cada R\$ 100 devido ao Paraná, apenas R\$ 1,78 foi pago em 2020.



RECEITA DE CAPITAL REALIZADA DE JANEIRO A AGOSTO

(Valores Correntes em R\$ milhões)

	2020	2021	PART. 2021	DIFERENÇA	Δ NOMINAL	ΔREAL
Receita de Capital	1.135	431		-704	-62%	-65%
Operações de Crédito	420	127	30%	-292	-70%	-72%
Alienação de Bens	56	8	2%	-47	-85%	-86%
Amortização de Empréstimos	8	18	4%	10	132%	111%
Transferências de Capital	225	137	32%	-89	-39%	-45%
Demais Receitas de Capital	426	140	33%	-286	-67%	-70%

O volume das Demais Receitas de Capital em 2020 é devido ao saque dos depósitos judiciais realizado para compor o pagamento de precatórios e estão sendo repostos, <u>lembrando que os depósitos judiciais são recursos de terceiros</u>.



DESPESA CORRENTE EMPENHADA DE JANEIRO A AGOSTO

(Valores Correntes em R\$ milhões)

	2020	2021	PART. 2021	DIFERENÇA	Δ NOMINAL	ΔREAL
Despesa Corrente	24.907	25.699		793	3%	-6%
Pessoal e Encargos Sociais	17.477	17.428	68%	-49	-0,3%	-9%
Inativo	7.307,37	7.496,14			2,6%	-6,5%
Ativo	9.179,06	9.021,00			-1,7%	-10,4%
Juros e Encargos da Dívida	379	689	3%	310	82%	66%
Outras Despesas Correntes	7.051	7.582	30%	531	8%	-2%

A despesa com juros e encargos da dívida aumentou em 2021 porque em 2020 foram suspensos os pagamentos. Além disso, todo a despesa anual estimada neste grupo foi empenhada em janeiro, o que não ocorreu ano passado.



DESPESA DE CAPITAL EMPENHADA DE JANEIRO A AGOSTO

(Valores Correntes em R\$ milhões)

	2020	2021	PART. 2021	DIFERENÇA	Δ NOMINAL	Δ REAL
Despesa de Capital	4.213	5.791		1.578	37%	25%
Investimentos	1.773	1.850	32%	77	4%	-5%
Inversões Financeiras	1.960	1.622	28%	-338	-17%	-25%
Amortização da Dívida	480	2.319	40%	1.839	383%	341%

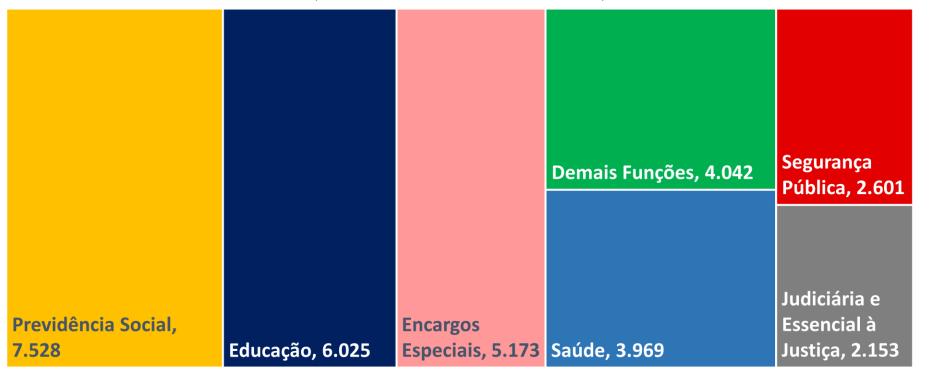
O aumento das despesas de capital se dá exclusivamente por Amortização da Dívida, em 2020 foi suspenso o pagamento das dívidas com a União desde o início do ano e em 2021 o Estado pagou integralmente o contrato Rotas Paraná.

Destaca-se a operação de refinanciamento da dívida da COPEL, que permitirá a economia total de aproximadamente R\$ 200 milhões.



DESPESA EMPENHADA POR FUNÇÃO DE JANEIRO A AGOSTO DE 2021

(Valores Correntes em R\$ milhões)



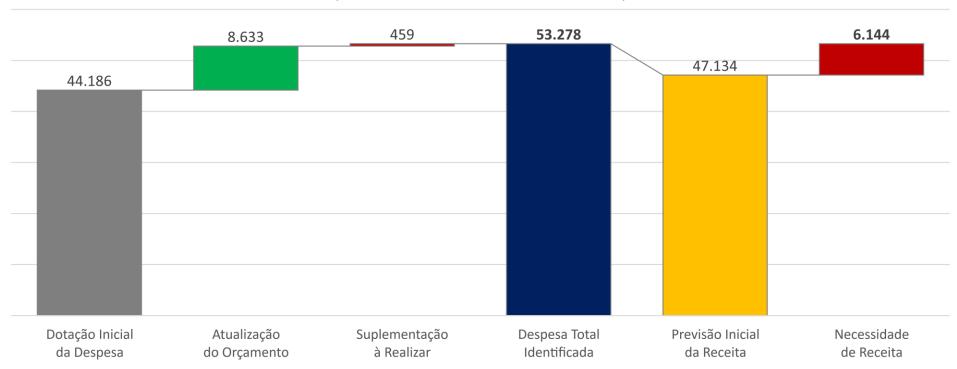
Encargos
Especiais
das dívidas
com a União
voltaram a
ser pagos
em 2021.

As principais funções (todas, exclusive 'Demais Funções') no segundo quadrimestre de 2021 representam 87% das despesas empenhadas. Com exceção de Encargos Especiais, as demais principais funções são intensivas em pessoal.



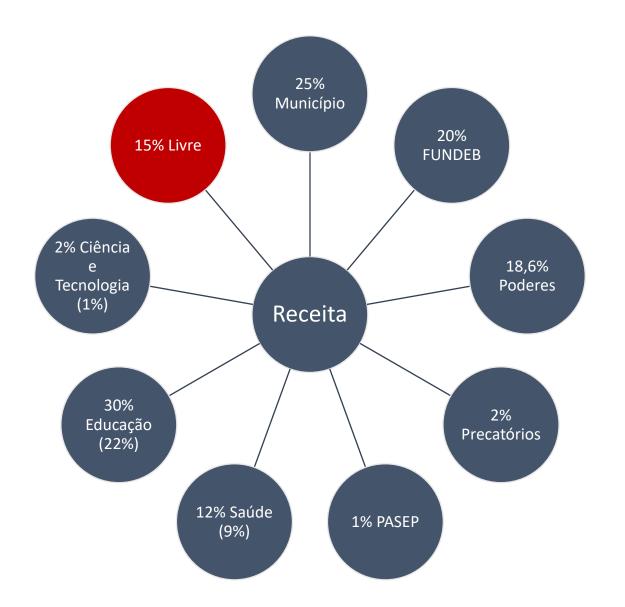
SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO FINAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2021

(Valores Correntes em R\$ milhões)



Embora a receita tenha aumentado em relação à previsão inicial, ainda há despesas que não têm dotação orçamentária no total de R\$ 459 milhões.





Para conseguir suplementar R\$ 459 MM que ainda faltam no Orçamento, o Estado precisa arrecadar R\$ 3,06 Bi, pois 85% da receita é vinculada, restando apenas 15% para financiar os programas de governo.



RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DE JANEIRO A AGOSTO

(Valores Correntes em R\$ milhões)

	2020	2021	DIFERENÇA	Δ NOMINAL	ΔREAL
Receita Primária	27.544	31.490	3.946	14%	4%
Despesa Primária	26.917	25.640	-1.277	-5%	-13%
Resultado	627	5.850	5.223		
Resultado Nominal	780	5.269	4.489		

A arrecadação de impostos acima do esperado no ano fez com que a Receita Primária de janeiro a agosto de 2021 crescesse 14% (nominal) em relação ao mesmo período de 2020. Já a Despesa Primária reduziu devido à queda da despesa de capital, grande parte financiada por operações de crédito, em Restos a Pagar Processados. Ou seja, em 2020, o Estado pagou quase a totalidade da despesa de capital de 2020 empenhada no primeiro quadrimestre, mais uma parcela da despesa de capital de anos anteriores. Em 2021, pagou apenas a despesa de 2021 (pois a de 2020 já estava paga).



RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DE JANEIRO A AGOSTO DE 2021

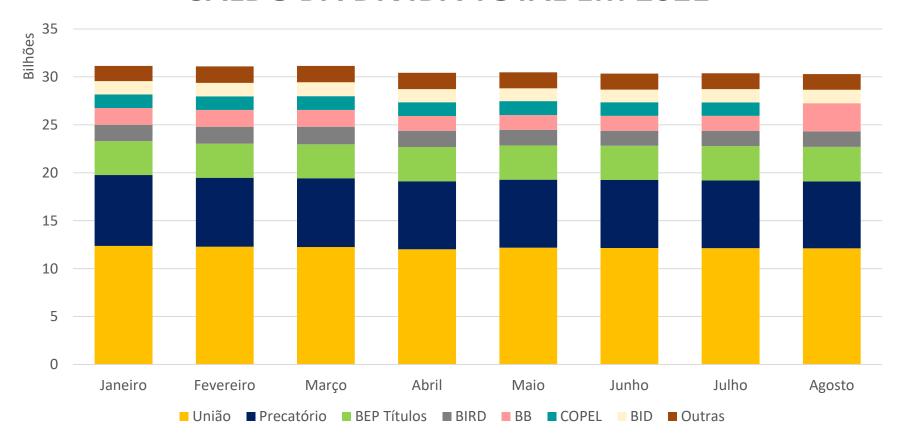
(Valores Correntes em R\$ milhões)

	Plano Previdenciário	Plano Financeiro	Sistema de Proteção Social dos Militares
Receita Realizada	1.788	1.363	398
Contribuição de Segurados	586	641	394
Contribuição Patronal	882	653	0
Receita Patrimonial	192	8	0
Demais Receitas	128	61	5
Despesa Empenhada	1.939	4.344	1.268
Benefício Civil	1.931	4.291	
Benefício Miliar			1.265
Demais Despesas	8	53	3
Resultado Previdenciário	-151	-2.982	-870
Insuficiência Financeira		3.439	

Houve aporte
de R\$ 348 mi
no Fundo de
Previdência,
mas este valor
não deve ser
considerado
para no cálculo
do resultado no
período.



SALDO DA DÍVIDA TOTAL EM 2021



O Estado do
Paraná paga
R\$ 1,6 Bi de
dívida e
encargos no
ano, exclusive
precatórios.

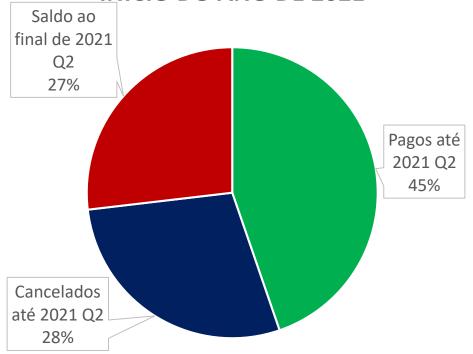
Ao longo do ano, o Estado do Paraná reduziu seu estoque de dívida em R\$ 844 milhões, resultado do retorno dos pagamentos da dívida com a União, pagamento integral da operação de crédito Rotas Paraná e (praticamente) da dívida do PASEP da Administração Indireta.



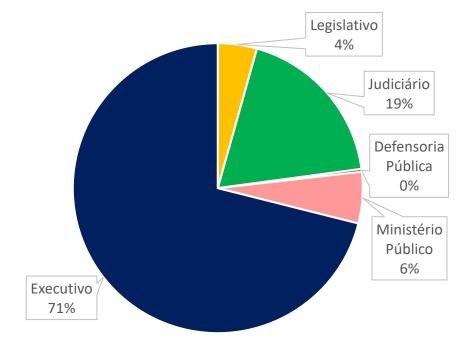
RESTOS A APAGAR AO FINAL DE AGOSTO DE 2021

(Participação percentual)





SALDO DOS RESTOS A PAGAR AO FINAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2021



45% dos Restos a Pagar foram pagos nos primeiros 8 meses de 2021 e 28% foi cancelado. Com isso, o Estoque foi reduzido em 27% ao final do período.



ESTIMATIVA NOTA CAPAG: CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Mesmo com a Nota CAPAG B, a União não concederá garantia em operações de crédito do Estado do Paraná porque a despesa de pessoal ultrapassou o limite legal, considerando a metodologia de apuração dada pela Lei Complementar Federal nº 178, de 17, de 12 de janeiro de 2021, que incluiu o seguinte dispositivo:

"Art. 18. ...

§ 3º Para a apuração <u>da despesa</u> total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, <u>sem qualquer dedução ou retenção</u>, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal." (grifo nosso)

Indicador	Valor	Estimativa Nota 2022
Endividamento	69,3%	В
Poupança Corrente	93,8%	В
Liquidez	60,3%	А

Nota Estado: B

Para chegar à Nota A em 2022, o Paraná precisará reduzir o indicador Endividamento abaixo de 60% e o indicador Poupança Corrente abaixo de 90%.



AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS REGRAS FISCAIS



LIMITES DA DÍVIDA, OPERAÇÕES DE CRÉDITO E GARANTIAS DE JANEIRO A AGOSTO DE 2021

(Valores % em relação à Receita Corrente Líquida)



estado tenha
espaço para
aumentar sua
Dívida, hoje há
pouca margem
para aumentar
a despesa com
Encargos.





LIMITES CONSTITUCIONAIS DE JANEIRO A AGOSTO DE 2021

(Valores Correntes em R\$ milhões)

CÁLCULO DO LIMITE	EDUCAÇÃO	SAÚDE
Despesa para o Limite (R\$ mi)	7.016	2.196
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais (R\$ mi)	25.254	25.254
% Despesa Liquidada	27,8%	8,7%
Limite Mínimo (% RLI)	30%	12%
Transferência Líquida do FUNDEB	-1.033	
Despesas com Saúde não Computados para o Índice		1.131

As despesas com saúde empenhadas totalizam 11% da receita líquida de impostos, mais próximo do limite legal. Deu-se prioridade às receitas vinculadas no período.



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: DEMANDAS DA COVID-19

(Jan. a Ago. de 2021. Valores Correntes em R\$ milhões)

COMPARATIVO RECEITA VERSUS DESPESA (EMPENHADA)	R\$ MILHÕES
Receita específicas para demandas da COVID-19	211
Despesas totais para demandas da Covid-19	753
Despesas realizadas com fontes de recursos específicas para demandas da COVID-19	326
Despesas realizadas com outras fontes de recursos para demandas da COVID-19	427
Resultado Orçamentário	-541

As receitas específicas são transferências e doações ao Paraná com destinação exclusiva para o combate à Covid-19, sendo grande parte arrecadada ainda em 2020. em 2021, apenas R\$ 7,6 milhões foram arrecadados com essa destinação.



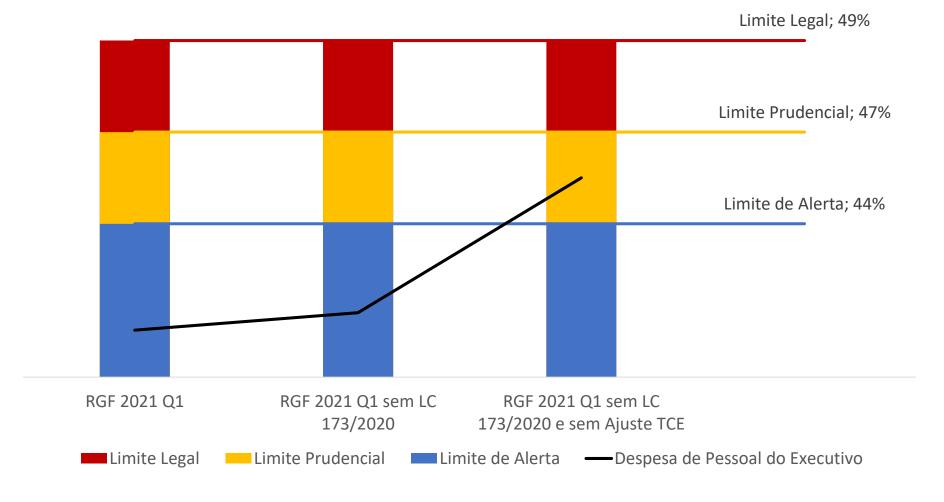
LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL DO EXECUTIVO NO FINAL DE AGOSTO DE 2021

	Desp. Líquida de Pessoal	RCL Ajustada	Índice
Indicador	18.355	44.493	41,3%
Ajustes:			
1. LCF nº 173, de 2020		-499	
2. LCF nº 178, de 2021	1.587		
Total	19.943	43.995	45,3%
Limite Legal			49%

O Estado conseguiu baixar o índice de pessoal devido ao aumento extraordinário da receita.



Limite da Despesa de Pessoal do Executivo



A expectativa para o final do ano é que o índice de pessoal passe o Limite Legal.



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Se a <u>despesa total com pessoal exceder a 95% do limite</u>, são vedados:

- I concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração
- II criação de cargo, emprego ou função
- III alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa
- IV **provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal**, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança
- V contratação de hora extra

Se a <u>despesa total com pessoal ultrapassar os limites legais</u>, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido <u>não poderá</u>:

- I receber transferências voluntárias
- II obter garantia, direta ou indireta, de outro ente
- III **contratar operações de crédito**, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal (*Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021*)

As restrições aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão.



Além dos programas, há duas ações judiciais contra o Estado no valor de R\$ 13,25 bilhões.

PROGRAMAS E PROJETOS SEM ORÇAMENTO

(Valores Correntes em R\$ milhões)

ÓRGÃO	DETALHAMENTO	IMPACTO 2021	IMPACTO 2022
IEES	Lei Geral das Universidades – LGU	-	74
SEJUF	Programa de Transferência de Renda – PETR (FECOP)	45	110
SEED	6º Hora Aula	-	151
SEAP	Serviço de Assistência da Saúde do Servidor – SAS	195	195
SESP	Hospital da Policia Militar – HPM	50	50
SEAB	Programa Leite das Crianças – PLC	108	108
SEAB	Tarifa Rural Noturna – TRN	51	65
DER/SEDEST/SESP/SEAB	Programa Avança Paraná	-	120
IDR	PDV IDR	10	33
TECPAR	TECPAR - Retorno ao Orçamento Fiscal	-	235
DER	COP/CREMEP	-	286
GERAL	Revisão Geral Anual (Lei nº 19.912, de 2019)	-	415
	TOTAL	459	1.843



2021 ESTÁ SENDO MUITO BOM PARA AS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ, UMA VEZ QUE AS <u>RECEITAS ESTÃO ACIMA DO ESPERADO</u>, EM RELAÇÃO À LOA.

CONTUDO, AS <u>NECESSIDADES DE SUPLEMENTAÇÃO JÁ IDENTIFICADAS</u> E A <u>POSSÍVEL FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO</u> DEMANDARÃO RECURSOS ACIMA DO OBSERVADO ATÉ AGORA.

AO MESMO TEMPO, AS ALTERAÇÕES NA LRF REALIZADAS EM JANEIRO DE 2021 NÃO PERMITEM MAIS APURAR O LIMITE DA DESPESA DE PESSOAL CONSIDERANDO O TERMO DE COMPROMISSO, O QUE IMPLICA O PARANÁ NÃO CUMPRIR O TETO DE 60%.



Obrigado.

Renê de Oliveira Garcia Junior Secretário de Estado de Fazenda www.fazenda.pr.gov.br



ANEXOS



DESPESAS CORRENTES

Composição das despesas correntes do estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Despesas correntes total*	23.577	23.640	24.907	25.699	3,2%	5,4%
Pessoal e encargos sociais	16.379	16.873	17.477	17.428	-0,3%	3,6%
Juros e Encargos da dívida	448	607	379	689	81,9%	-37,6%
Outras despesas correntes	6.750	6.160	7.051	7.582	7,5%	14,5%



DESPESAS CORRENTES

Composição das despesas correntes do estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Despesas correntes total*	27.397	26.560	27.317	25.699	-5,9%	2,9%
Pessoal e encargos sociais	19.033	18.957	19.168	17.428	-9,1%	1,1%
Juros e Encargos da dívida	521	682	416	689	65,8%	-39,1%
Outras despesas correntes	7.844	6.921	7.733	7.582	-2,0%	11,7%



DESPESAS COM PESSOAL

Composição das Despesas com Pessoal do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20 x19
Despesas Totais com Pessoal*	17.454	18.004	19.067	19.253	1,0%	5,9%
Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil	7.828	7.611	7.631	7.473	-2,1%	0,3%
Vencimentos e Vantagens - Pessoal Militar	1.031	1.021	999	981	-1,8%	-2,2%
Aposentadorias	4.957	5.477	5.984	6.162	3,0%	9,3%
Pensões	1.238	1.280	1.323	1.334	0,8%	3,4%
Obrigações Patronais	1.074	1.131	1.589	1.824	14,8%	40,5%
Outras despesas com pessoal	1.324	1.483	1.541	1.478	-4,1%	3,9%



DESPESAS COM PESSOAL

Composição das Despesas com Pessoal do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20 x19
Despesas Totais com Pessoal*	20.282	20.228	20.913	19.253	-7,9%	3,4%
Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil	9.097	8.552	8.369	7.473	-10,7%	-2,1%
Vencimentos e Vantagens - Pessoal Militar	1.199	1.148	1.096	981	-10,4%	-4,5%
Aposentadorias	5.760	6.154	6.564	6.162	-6,1%	6,7%
Pensões	1.439	1.438	1.451	1.334	-8,1%	0,9%
Obrigações Patronais	1.249	1.271	1.743	1.824	4,7%	37,2%
Outras despesas com pessoal	1.539	1.666	1.690	1.478	-12,5%	1,4%



OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Composição de outras despesas correntes do estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Outras Despesas Correntes totais*	6.852	6.205	7.254	7.893	8,8%	16,9%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.483	2.461	2.581	2.868	11,1%	4,9%
Contribuições	727	629	794	906	14,0%	26,2%
Sentenças Judiciais	671	393	498	333	-33,2%	26,7%
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	447	337	534	394	-26,1%	58,3%
Auxílio-Transporte	442	433	441	399	-9,5%	1,7%
Material de Consumo	387	338	350	560	59,8%	3,5%
Locação de Mão-de-Obra	391	369	368	415	12,8%	-0,1%
Obrigações Tributárias e Contributivas	304	278	411	348	-15,5%	48,1%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	161	252	303	339	11,8%	20,5%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	216	194	187	187	0,1%	-3,8%
Demais Despesas	623	521	787	1.144	45,4%	51,2%



OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Composição de outras despesas correntes do estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Outras Despesas Correntes totais*	7.963	6.972	7.957	7.893	-0,8%	14,1%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.886	2.765	2.831	2.868	1,3%	2,4%
Contribuições	845	707	871	906	3,9%	23,2%
Sentenças Judiciais	780	442	546	333	-39,1%	23,6%
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	520	379	585	394	-32,6%	54,5%
Auxílio-Transporte	513	487	483	399	-17,5%	-0,7%
Material de Consumo	449	380	384	560	45,7%	1,0%
Locação de Mão-de-Obra	454	414	404	415	2,9%	-2,5%
Obrigações Tributárias e Contributivas	353	312	451	348	-22,9%	44,6%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	187	283	333	339	1,9%	17,6%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	250	218	205	187	-8,8%	-6,1%
Demais Despesas	725	585	863	1.144	32,6%	47,6%



INVESTIMENTOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Composição dos Investimentos por Unidade Orçamentário do Estado do Paraná

	Valor corrente	Participação %
Investimentos Totais	1.850	100%
Departamento De Estradas De Rodagem - DER	592	32%
Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística	242	13%
Diretoria Geral da SEDU	227	12%
Companhia de Habitacao do Paraná - Cohapar	196	11%
Gabinete do Secretário da SESP	111	6%
- Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP	87	5%
Gabinete do Secretario da SEED	63	3%
Fundo Estadual de Saúde - Funsaúde	57	3%
Polícia Militar	43	2%
nstituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional - Fundepar	40	2%
Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Paraná - FUNSUSP	35	2%
nstituto Água e Terra	34	2%
Departamento de Execução Penal - Depen	25	1%
Demais Unidades Orçamentárias	97	5%



DESPESAS POR FUNÇÃO

Composição das Despesas por Função do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Despesas Totais (Exceto Intraorçamentária)*	25.918	26.142	29.120	31.490	8,1%	11,4%
Previdência Social	6.213	6.784	7.343	7.528	2,5%	8,2%
Educação	6.072	5.886	6.110	6.025	-1,4%	3,8%
Saúde	3.659	3.239	3.776	3.969	5,1%	16,6%
Segurança Pública	2.490	2.514	2.326	2.601	11,8%	-7,5%
Encargos Especiais	1.869	2.838	3.652	5.173	41,6%	28,7%
Judiciária	1.524	1.554	1.403	1.419	1,1%	-9,7%
Essencial A Justiça	641	698	749	735	-1,9%	7,3%
Transporte	660	495	892	1.008	13,0%	80,1%
Demais funções	2.790	2.135	2.869	3.034	5,7%	34,4%



DESPESAS POR FUNÇÃO

Composição das Despesas por Função do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Despesas Totais (Exceto Intraorçamentária)*	30.118	29.372	31.938	31.490	-1,4%	8,7%
Previdência Social	7.220	7.622	8.053	7.528	-6,5%	5,7%
Educação	7.056	6.613	6.702	6.025	-10,1%	1,3%
Saúde	4.252	3.639	4.141	3.969	-4,2%	13,8%
Segurança Pública	2.893	2.824	2.551	2.601	2,0%	-9,7%
Encargos Especiais	2.172	3.189	4.006	5.173	29,1%	25,6%
Judiciária	1.771	1.746	1.539	1.419	-7,8%	-11,9%
Essencial A Justiça	745	784	821	735	-10,6%	4,7%
Transporte	767	556	978	1.008	3,0%	75,9%
Demais funções	3.242	2.398	3.147	3.034	-3,6%	31,2%



EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Composição das Receitas e Despesas com Educação do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20 x19
Receita líquida de impostos	20.475	21.505	20.863	25.254	21,0%	-3,0%
Receitas adicionais para financiamento do ensino	351	325	332	385	15,8%	2,1%
Resultado Líquido do FUNDEB	-707	-798	-886	-1.033	-16,6%	-11,1%
Receitas destinadas ao FUNDEB	3.703	3.851	3.722	4.695	26,1%	-3,3%
Receitas recebidas do FUNDEB	3.031	3.067	2.843	3.672	29,2%	-7,3%
d/p Transferência de recursos do FUNDEB	2.997	3.053	2.836	3.662	29,1%	-7,1%
Despesas do FUNDEB*	3.097	2.970	2.876	3.404	18,4%	-3,2%
Pagamento dos profissionais do Magistério	2.637	2.481	2.463	2.738	11,2%	-0,7%
Outras Despesas do FUNDEB	460	489	413	665	61,1%	-15,6%
MDE - Despesas custeadas com Impostos e FUNDEB*	5.897	5.913	6.190	6.083	-1,7%	4,7%
Educação Básica**	4.292	4.295	4.569	4.377	-4,2%	6,4%
Ensino Superior	1.212	1.164	1.158	1.219	5,3%	-0,5%
Demais	393	453	463	486	5,0%	2,1%



EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Composição das Receitas e Despesas com Educação do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20 x19
Receita líquida de impostos	23.793	24.162	22.882	25.254	10,4%	-5,3%
Receitas adicionais para financiamento do ensino	408	365	364	385	5,6%	-0,3%
Resultado Líquido do FUNDEB	-821	-896	-971	-1.033	-6,3%	-8,4%
Receitas destinadas ao FUNDEB	4.304	4.326	4.082	4.695	15,0%	-5,6%
Receitas recebidas do FUNDEB	3.523	3.445	3.118	3.672	17,8%	-9,5%
d/p Transferência de recursos do FUNDEB	3.482	3.430	3.111	3.662	17,7%	-9,3%
Despesas do FUNDEB*	3.599	3.337	3.154	3.404	7,9%	-5,5%
Pagamento dos profissionais do Magistério	3.064	2.787	2.701	2.738	1,4%	-3,1%
Outras Despesas do FUNDEB	535	550	453	665	46,9%	-17,6%
MDE - Despesas custeadas com Impostos e FUNDEB*	6.853	6.643	6.789	6.083	-10,4%	2,2%
Educação Básica**	4.988	4.826	5.011	4.377	-12,6%	3,8%
Ensino Superior	1.409	1.308	1.270	1.219	-4,0%	-2,9%
Demais	456	509	507	486	-4,2%	-0,4%



SAÚDE PÚBLICA ESTADUAL

Composição das Receitas e Despesas com Saúde do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20 x19
Receitas para apuração da aplicações em ações de saúde	20.504	21.505	20.863	25.254	13,5%	1,1%
Receitas adicionais para financiamento da saúde	1.163	1.054	1.583	1.131	-0,2%	0,1%
Despesas totais com saúde*	3.053	2.880	3.297	3.311	10,4%	6,0%
Atenção básica	185	81	226	125	-11,3%	60,9%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.814	1.686	1.418	1.263	-20,7%	-18,3%
Suporte profilático e Terapêutico	157	274	267	223	-22,8%	14,2%
Vigilância Epidemiológica	35	11	81	337	-47,4%	-11,0%
Alimentação e Nutrição	55	57	56	62	994,7%	2,8%
Demais subfunções	806	772	1.248	1.300	19,0%	45,2%
Despesas não computadas p/ mínimo constitucional	1.014	854	1.101	1.115	-50,7%	151,3%
Despesas consideradas p/ mínimo constitucional	2.039	2.025	2.195	2.196	153,3%	-54,9%
Limite constitucional (mínimo 12% da Receita)	9,94%	9,42%	10,52%	8,70%	4,1	2,9



SAÚDE PÚBLICA ESTADUAL

Composição das Receitas e Despesas com Saúde do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Receitas para apuração da aplicações em ações de saúde	23.827	24.162	22.882	25.254	10,4%	-5,3%
Receitas adicionais para financiamento da saúde	1.352	1.184	1.737	1.131	-34,9%	46,6%
Despesas totais com saúde	3.547	3.235	3.616	3.311	-8,4%	11,7%
Atenção básica	215	91	248	125	-49,6%	173,0%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.108	1.894	1.555	1.263	-18,8%	-17,9%
Suporte profilático e Terapêutico	182	308	293	223	-24,0%	-4,6%
Vigilância Epidemiológica	41	12	89	337	280,1%	640,0%
Alimentação e Nutrição	64	64	62	62	0,7%	-3,2%
Demais subfunções	937	868	1.369	1.300	-5,0%	57,8%
Despesas não computadas p/ mínimo constitucional	1.178	960	1.208	1.115	-7,7%	25,8%
Despesas consideradas p/ mínimo constitucional	2.370	2.276	2.408	2.196	-8,8%	5,8%
Limite constitucional (mínimo 12% da Receita)	9,94%	9,42%	10,52%	8,70%	0,0	0,0



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Composição das Receitas e Despesas do RPPS do Estado do Paraná

Discriminação	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Resultado RPPS - Plano Previdenciário	-423	-380	-348	-148	-57,3%	-8,4%
Receitas	1.594	1.592	1.645	1.788	8,7%	3,3%
Despesas	2.017	1.972	1.992	1.936	-2,8%	1,0%
Resultado RPPS - Plano Financeiro	-3.016	-3.728	-3.841	-3.830	-0,3%	3,0%
Receitas	1.212	1.063	1.493	1.761	17,9%	40,5%
Despesas	4.228	4.792	5.334	5.591	4,8%	11,3%
Insuficiência Financeira/Termo de Compromisso	2.697	3.366	3.429	3.439	0,3%	1,9%



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Composição das Receitas e Despesas do RPPS do Estado do Paraná

Discriminação	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Resultado RPPS - Plano Previdenciário	-492	-427	-382	-148	-61,1%	-10,6%
Receitas	1.852	1.789	1.804	1.788	-0,9%	0,8%
Despesas	2.344	2.216	2.185	1.936	-11,4%	-1,4%
Resultado RPPS - Plano Financeiro	-3.504	-4.189	-4.213	-3.830	-9,1%	0,6%
Receitas	1.409	1.195	1.638	1.761	7,5%	37,1%
Despesas	4.913	5.384	5.851	5.591	-4,4%	8,7%
Insuficiência Financeira/Termo de Compromisso	3.135	3.782	3.761	3.439	-8,6%	-0,6%



TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS

Composição das Transferências aos Municípios do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20 x19
Transferências totais	5.567	5.755	5.552	6.777	22,1%	17,8%
Cota-Parte ICMS	3.931	4.024	3.771	4.827	28,0%	-6,3%
Cota-Parte IPVA	1.566	1.668	1.724	1.875	8,7%	3,3%
Fundo de Exportação	69	62	56	74	32,3%	-10,1%
Royalties	1	1	1	2	93,0%	-15,5%



TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS

Composição das Transferências aos Municípios do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
Transferências totais	6.469	6.466	6.089	6.777	11,3%	4,8%
Cota-Parte ICMS	4.568	4.521	4.136	4.827	16,7%	-8,5%
Cota-Parte IPVA	1.820	1.874	1.891	1.875	-0,9%	0,9%
Fundo de Exportação	80	70	62	74	20,6%	-12,2%
Royalties	1	1	1	2	75,9%	-17,5%



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Composição da Receita Corrente Líquida do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
RECEITAS CORRENTES (I)	36.054	37.324	37.930	44.859	18,3%	1,6%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	24.682	26.251	25.460	30.734	20,7%	-3,0%
Contribuições	1.025	1.026	1.282	1.440	12,3%	24,9%
Receita Patrimonial	1.227	1.254	682	1.781	161,0%	-45,6%
Receita de Serviços	1.375	1.404	1.517	1.778	17,3%	8,0%
Transferências Correntes	6.732	6.618	8.345	8.378	0,4%	26,1%
Outras Receitas Correntes	1.013	771	644	748	16,1%	-16,5%
DEDUÇÕES (II)	11.371	11.722	11.591	14.278	23,2%	-1,1%
Transferências Constitucionais e Legais	6.573	6.771	6.512	8.068	23,9%	-3,8%
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.703	3.851	3.722	3.557	-4,4%	-3,3%
Outras Deduções	1.094	1.100	1.358	2.653	95,4%	23,5%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	24.683	25.603	26.339	30.581	16,1%	2,9%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0	0	23	1	-95,7%	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	24.683	25.603	26.316	30.580	16,2%	2,8%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0	0	22	0	-100,0%	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	24.683	25.603	26.293	30.580	16,3%	2,7%



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Composição da Receita Corrente Líquida do Estado do Paraná

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
RECEITAS CORRENTES (I)	41.897	41.935	41.602	44.859	7,8%	-0,8%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28.682	29.494	27.924	30.734	10,1%	-5,3%
Contribuições	1.191	1.153	1.406	1.440	2,4%	21,9%
Receita Patrimonial	1.426	1.408	748	1.781	138,0%	-46,9%
Receita de Serviços	1.598	1.577	1.663	1.778	6,9%	5,5%
Transferências Correntes	7.823	7.435	9.153	8.378	-8,5%	23,1%
Outras Receitas Correntes	1.177	866	706	748	5,9%	-18,4%
DEDUÇÕES (II)	13.214	13.170	12.713	14.278	12,3%	-3,5%
Transferências Constitucionais e Legais	7.638	7.608	7.142	8.068	13,0%	-6,1%
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	4.304	4.326	4.082	3.557	-12,9%	-5,6%
Outras Deduções	1.272	1.235	1.489	2.653	78,2%	20,5%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	28.683	28.765	28.888	30.581	5,9%	0,4%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0	0	25	1	-96,1%	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	28.683	28.765	28.863	30.580	5,9%	0,3%
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0	0	24	0	-100,0%	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	28.683	28.765	28.839	30.580	6,0%	0,3%



DÍVIDA CONSOLIDADA

Composição da Dívida Consolidada

	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.975	23.644	27.818	29.477	6,0%	17,7%
Dívida Contratual	20.285	20.505	21.738	23.151	-6,1%	6,0%
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	14.104	14.354	14.738	14.308	3,0%	2,7%
Demais Dívidas Contratuais	6.182	6.151	7.000	8.843	-20,8%	13,8%
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	3.689	3.139	6.080	6.326	-3,9%	93,7%
DEDUÇÕES (II)	14.743	13.865	13.920	19.268	-27,8%	0,4%
Disponibilidade de Caixa	11.513	12.538	13.695	18.890	-27,5%	9,2%
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.590	13.307	13.781	18.963	-27,3%	3,6%
(-) Restos a Pagar Processados	1.076	769	85	73	16,8%	-88,9%
Demais Haveres Financeiros	3.229	1.327	225	378	-40,5%	-83,1%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	9.232	9.779	13.897	10.209	36,1%	42,1%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	36.744	38.516	39.672	44.493	-10,8%	3,0%
(%) Sobre a RCL ajustada	25,13%	25,39%	35,03%	22,95%	-	-



DÍVIDA CONSOLIDADA

Composição da Dívida Consolidada

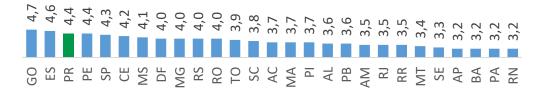
	2018	2019	2020	2021	21x20	20x19
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	27.860	26.565	30.510	29.477	-3,39%	14,85%
Dívida Contratual	23.573	23.038	23.842	23.151	-2,90%	3,49%
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	16.389	16.127	16.164	14.308	-11,48%	0,23%
Demais Dívidas Contratuais	7.184	6.911	7.678	8.843	15,17%	11,10%
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	4.287	3.527	6.668	6.326	-5,13%	89,05%
DEDUÇÕES (II)	17.132	15.578	15.268	19.268	26,21%	-1,99%
Disponibilidade de Caixa	13.379	14.087	15.021	18.890	25,76%	6,63%
Disponibilidade de Caixa Bruta	14.630	14.951	15.114	18.963	25,46%	1,09%
(-) Restos a Pagar Processados	1.251	864	94	73	-21,91%	-89,18%
Demais Haveres Financeiros	3.753	1.491	247	378	53,36%	-83,46%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	10.728	10.987	15.243	10.209	-33,02%	38,73%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	42.698	43.274	43.512	44.493	2,25%	0,55%
(%) Sobre a RCL ajustada	25,13%	25,39%	35,03%	22,95%	-	-



IDEB 2019

Paraná em 3º lugar

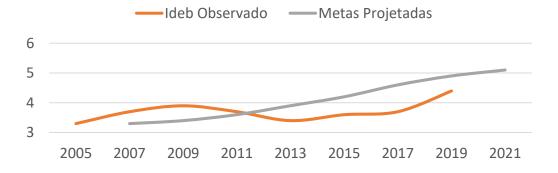
Ranking IDEB 2019 - Rede de Ensino Estadual Ensino Médio



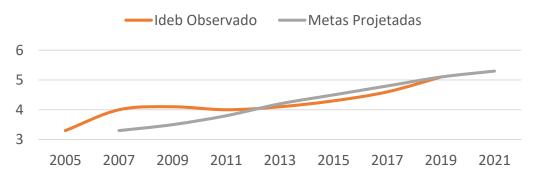
Ranking IDEB 2019 - Rede de Ensino Estadual Ensino Fundamental



Evolução do IDEB PR - Rede de Ensino Estadual Ensino médio (3ª Série)



Evolução do IDEB PR - Rede de Ensino Estadual Ensino Fundamental (9º ano)





MEMÓRIA DE CÁLCULO DA CAPAG

Valores correntes em R\$ milhões

INDICADORES	2017	2018	2019	2020	NOTA 2020	NOTA 2021
Endividamento (DC)			70,8%	72,6%	В	В
Dívida Consolidada			27.477	29.311		
Receita Corrente Líquida			38.801	40.380		
Poupança Corrente (PC)			93,2%	92,3%	В	В
Despesa Corrente	47.279	46.811	48.169	51.152		
Receita Corrente Ajustada	49.328	50.362	52.183	55.584		
Índice de Liquidez (IL)			49,5%	14,3%	А	Α
Obrigações Financeiras			1.643	669		
Disponibilidades de Caixa			3.477	4.670		

